



“Educação como prática de Liberdade”:
cartas da Amazônia para o mundo!

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA)
SET-OUT 2021

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

9186 - Resumo Expandido - Trabalho - 40ª Reunião Nacional da ANPEd (2021)

ISSN: 2447-2808

GT08 - Formação de Professores

FORMAÇÃO DOS PROFESSORES INDÍGENAS DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE MARECHAL THAUMATURGO-ACRE

Rair de Lima Nicácio - UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS

Pérsida da Silva Ribeiro Miki - UFAM - Universidade Federal do Amazonas

Agência e/ou Instituição Financiadora: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas - FAPEAM

PROFESSORES INDÍGENAS DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE MARECHAL THAUMATURGO/ACRE

RESUMO

O estudo compõe os resultados parciais da pesquisa de doutoramento Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Amazonas, desenvolvida no ano de 2020, na linha de pesquisa sobre “Educação, Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional” e objetiva apresentar a caracterização profissional dos professores indígenas da rede municipal de educação de Marechal Thaumaturgo/Acre. É uma pesquisa descritiva de abordagem quantitativa, com emprego de métodos e técnicas da pesquisa documental para análise dos dados educacionais elaborados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira e pela Secretaria Municipal de Educação de Marechal Thaumaturgo no ano de 2019, além da legislação educacional indígena. O município concentra maior variação étnica de povos indígenas do Acre, em dezoito aldeias, contendo onze escolas e seis anexos. Os resultados apontam a existência contrastante e significativa entre o que dispõe a legislação, sobre formação, e qualificação profissional para o magistério indígena. Desse modo, ao priorizar o campo e universo da pesquisa, o estudo atualiza a discussão, contribuindo para a problematização, compreensão e consonância com políticas públicas que coadunem com a valorização, qualificação e profissionalização dos professores indígenas na Amazônia acreana.

Palavras-chave: Professores Indígenas; Políticas Públicas; Amazônia Acreana.

INTRODUÇÃO

Em Marechal Thaumaturgo, município situado no interior do Acre, na parte mais ocidental do Brasil, fronteira com o Peru, concentra-se a maior variação étnica de povos indígenas do Estado, composta pelos Ashaninka, Rio Amônia e Rio Breu; Apolima arara, Rio Amônia; Jaminawá arara, Rio Bajé; Kuntanawa, Rio Tejo e Huni kuin, Rio Breu, distribuídas em dezoito aldeias. A educação escolar indígena deu-se início no município, com a criação da primeira escola pelo povo Ashaninka, do Rio Amônia, em meados da década de 90.

No âmbito das principais políticas que referenciam e norteiam a educação escolar indígena no Brasil, de forma explícita ou implícita, defende-se a necessidade de constituição das escolas indígenas protagonizadas por professores indígenas. No entanto, a efetivação dessa condição

ainda não é a realidade vivenciada pela grande maioria das escolas indígenas, devido à não garantia de seu cumprimento pela União, Estados e Municípios, especialmente por não promoverem efetivamente aos indígenas o acesso ao ensino superior.

Decerto, algumas políticas públicas foram desenvolvidas, mas ainda é tangente a construção e implementação de políticas públicas que dialoguem com as necessidades específicas e diferenciadas das comunidades indígenas, frente à desafios como a compreensão pelos poderes públicos sobre o que se constitui a educação escolar indígena, sobre o provimento da infraestrutura da escolas, produção de materiais didáticos e, não menos importante, sobre formação e contratação de professores.

É esse contexto que nos impeliu apresentar a caracterização profissional dos professores indígenas da rede municipal de educação de Marechal Thaumaturgo/Acre, sob a hipótese de que a efetivação de quaisquer políticas públicas educacional só assumem consistência qualitativa, quando construídas e implementadas a partir do conhecimento das especificidades de cada etnia, o que é possível, em termos demográficos, em âmbito local.

MÉTODOS E TÉCNICAS

O estudo realizado é de natureza quantitativa a sob a perspectiva de que “é inegável que sem dados de natureza quantitativa muitas questões sociais/educacionais não poderiam ser dimensionadas, equacionadas e compreendidas, algumas não seriam mesmo levantadas” (GATTI, 2004, p. 26). Com base no objetivo proposto, empregamos a pesquisa descritiva com emprego de métodos e técnicas da pesquisa documental na extração de informações relacionadas à compreensão do problema em estudo.

O levantamento documental da legislação foi realizado em portais eletrônicos governamental federal e estadual e municipal. Além disso, realizamos pesquisa no sítio eletrônico do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Eduacionais Anísio Teixeira (INEP), na sessão de dados abertos, subseção Microdados do Censo Escolar da educação básica brasileira no ano de 2019, de onde os dados sobre a educação escolar indígena de Marechal Thaumaturgo/Acre foram extraídos, armazenados e compilados utilizando-se o software de análise estatística, Statistical Package for the Social Sciences (IBM SPSS), identificados no banco de dados pela variável “N_EDUCACAO_INDIGENA=1”. A coleta de dados resultou na elaboração de documentos de dados quantitativos, o quais, para fazer o tratamento e adequações em gráficos, quadros e tabelas, de acordo com normas de formatação indicadas, utilizamos o programa Microsoft Excel.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Escolas indígenas conforme a etapa ou ano-série

É do contexto jurídico da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 que emergiram as legislações de atendimento à educação indígena, desde a educação básica até a nível universitário. Dessa forma, em 04 de fevereiro de 1991, através do Decreto Presidencial nº 26, definiu-se a transferência da atribuição oficial de desenvolvimento e coordenação de políticas públicas de educação escolar indígena para o Ministério da Educação, articulado como as Secretarias estaduais e municipais de educação.

Pelos dados do Censo Escolar (2019), a Rede Municipal de Ensino de Marechal Thaumaturgo é composta por 11 escolas indígenas. Possuem ainda, conforme dados coletados na Secretaria Municipal de Educação, 6 anexos de escolas indígenas, pois, mesmo fazendo parte da mesma etnia, existem aldeias distribuídas às margem dos rios, daí a impossibilidade de oferta de escola apenas em uma das aldeias

As matrículas, quanto às etapas de escolarização, estão distribuídas em ensino infantil (pré-escola) com frequência de 45 crianças e ensino fundamental (1º ao 9º ano), com frequência de 85 alunos no 1ºano, 106 no 2ºano, 65 no 3º ano, 67 no 4º ano, 77 no 5º ano, 62 no 6º ano, 50 no 7º ano, 30 no 8º ano e 27 no 9º ano, totalizando 614 alunos regularmente matriculados e frequentes.

Pelo exposto, é possível abstrair algumas informações importantes. A primeira, diz respeito à

educação infantil (pré-escola), dada a opção voluntária por parte de algumas das etnias em não ofertar educação escolar infantil por considerar que nessa fase de vida a educação da criança é de responsabilidade da família.

Outra informação relevante refere-se aos níveis de ensino, ao demonstrarem que existe maior concentração e alunos na primeira etapa do ensino fundamental, com o total de 400 alunos do 1º ao 5º ano. Destes, sendo maior o quantitativo de alunos do 2º ano. À medida em que observamos os dados das séries finais do ensino fundamental, vemos a decréscimo no número de 62 alunos no 6º ano para 27 alunos no 9º ano, ou seja, mais da metade dos alunos não concluem o ensino fundamental. Essa discrepância mostrou-se mais acentuada quando comparamos os quantitativo de alunos matriculados nas turmas do 9º ano com os matriculados no 1º ano do ensino fundamental, ficando evidenciado que do total de alunos que ingressam no ensino fundamental em escolas indígenas de Marechal Thaumaturgo, somente 20% conseguem concluí-lo.

Tipo de contratação dos professores indígenas

O ingresso dos professores indígenas na Rede Municipal de Ensino de Marechal Thaumaturgo se dá de dois modos. O primeiro tipo de contratação é feito através de seleção em concurso público para professores efetivos. O segundo, através de processo seletivo simplificado por avaliação curricular ou por contratação direta a partir de indicações nominais das lideranças das comunidades indígenas em que a escola se encontra.

Com base nessas informações coletadas, na Rede Municipal de Educação de Marechal Thaumaturgo, o corpo docente indígena é composto por 43 professores, sendo 39 de contrato temporário e 4 de contrato efetivo, dos quais 1 está em exercício em sala de aula e os outros 3 cedidos para atuar em outras áreas da administração pública municipal.

A realidade atual dos professores indígenas de vínculo temporário vai na contramão do que dispõe o Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (1998) ao defender que para uma educação escolar específica e diferenciada, é necessário instituir e regulamentar a carreira do magistério indígena nas Secretarias de Educação, com ingresso nessa carreira através de concurso público específico e adequado às suas particularidades linguísticas e culturais, para que tenham condições adequadas de trabalho, com uma remuneração compatível com as funções que exercem.

Além disso, a ausência de vínculo efetivo com o poder público, responsável por promover a educação básica, torna-se empecilho aos professores temporários no acesso às políticas de formação continuada, sejam de abrangência, municipal, estadual ou nacional.

Escolaridade dos professores indígenas

Conforme o grau de escolaridade e o regime de contrato, são 4 professores de contrato efetivo e dois de contrato temporário com ensino superior completo. Os demais, de contrato temporário, são: 7 com ensino fundamental incompleto, 12 com ensino fundamental completo, 3 com ensino médio incompleto, 10 com ensino médio completo e 5 com ensino superior incompleto.

Chama atenção ainda nesses dados, o fato de que no total de 39 professores em regime de contrato temporário, somente 2 destes possuíam o grau de formação em licenciatura em pedagogia para atuarem na educação básica.

A análise dos dados sobre o grau de escolaridade dos professores indígenas, levando em conta os professores com nível fundamental e médio incompletos e completos, demonstrou um total de 32 professores sem habilitação para o exercício do magistério. Nesse quantitativo somam-se ainda os 5 que estão cursando o ensino superior. Essa situação vai de encontro ao que preconiza a LDBEN/96, em seu artigo 62 ao determinar que "a formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena [...]" (BRASIL/MEC, 1996, p.42).

Nessa mesma diretriz, o Plano Nacional de Educação (2014), na Meta 15, que trata da garantia da política nacional de formação dos profissionais da educação, aponta como

estratégia, a implementação de programas específicos para formação de profissionais da educação para as escolas de comunidades indígenas, assim como para comunidades quilombolas, para as escolas do campo e para a educação especial.

CONCLUSÕES

O presente artigo teve como objetivo apresentar a caracterização profissional dos professores indígenas da rede municipal de educação de Marechal Thaumaturgo/Acre. De modo geral, observou-se que sua implementação, em consonância com as diretrizes da legislação educacional, ainda não se efetivou. As causas são de ordens diversas e envolvem questões que vão desde a concepção do que configura a educação escolar indígena no âmbito das políticas públicas de educação escolar indígena, até as questões de ordem logística, de construção de espaços físicos adequados às suas realidades dos povos indígenas, e de aspectos administrativos e metodológicos, necessários ao atendimento de suas especificidades étnicas. Encontra-se inserida, ainda nessa discussão, a formação dos professores indígenas, compreendida nesse estudo como um percurso iniciado desde a sua iniciação na vida escolar, não sendo possível concebê-la fora dessa condição.

Desse modo, ao pensarmos em oferta de educação indígena por professores indígenas, não podemos deixar de considerar que deve ser compreendida em sua totalidade e ao mesmo tempo, em suas especificidades, desde sua inserção no ensino fundamental, para que haja progressão formativa desses alunos para ensino médio e, por conseguinte, para ensino superior. Em outras palavras, não há de se pensar em formação de professores indígenas senão em seu percurso formativo, desde seu ingresso na escola. Podemos dizer com isso, que a exigência de qualificação está em descompasso com sua oferta e vice-versa.

Por fim, reiteramos a necessidade tanto em nível estadual, como municipal, especialmente para os municípios de difícil acesso, como é o caso do *lócus* deste estudo, de compreender a formação inicial ou continuada para professores indígenas sob a ótica dos seus percursos escolares, ou seja, considerar quem são, quantos são e como os alunos indígenas, pretensos professores, estão concluindo o ensino fundamental e médio, para serem inseridos no ensino superior. Agir em desacordo com isso, é continuar investindo sem os preceitos que emergem das políticas públicas de educação escolar indígena, concernente à formação de professores indígenas.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Censo Escolar da Educação Básica de 2019**. Brasília: MEC, 2019.
- BRASIL. **Constituição a República Federativa do Brasil de 1988**: com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016.
- BRASIL. **Decreto presidencial nº 26**, de 4 de fevereiro de 1991. Dispõe sobre a Educação Indígena no Brasil. Disponível em: . Acesso em set. 2020.
- BRASIL. INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Dados abertos 2019**. Disponível em: < <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/microdados>>. Acesso em ago. 2020.
- BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília. 1996.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas** – RCNEI. Brasília, 1998. Disponível em: . Acesso em set. 2020.
- GATTI, B. A. Estudos quantitativos em educação. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.30, n.1, p. 11-30, jan./abr. 2004.
- THAUMATURGO, M. Secretaria de Municipal de Educação. Coordenação de Educação Indígena. **Dados gerais das escolas indígenas**. Acre: Semec, 2019.
- THAUMATURGO, M. Secretaria de Municipal de Educação. Coordenação de Educação

Indígena. **Dados de Pré-matricula das escolas indígenas - 2019.** Acre: Semec, 2018.